

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda

**Demonstrações Financeiras dezembro
de 2025 com relatórios dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos diretores e quotistas da
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (“Empresa”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Notas 4.12 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas 4.12 e 26 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Empresa decorre substancialmente da prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana. A prestação de serviços de saneamento e limpeza urbana, realizada majoritariamente para entes do Poder Público, por meio de contratos de concessão ou contratos de prestação de serviços. De acordo com as normas contábeis vigentes, a receita deve ser reconhecida quando o serviço é prestado ao cliente.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de prestação de serviços representam montante relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa; (ii) uma porção significativa das receitas de prestação de serviços da Empresa é obtida através de licitações realizadas com diversos municípios do Estado de Santa Catarina; (iii) uma segunda porção das receitas é obtida através da cobrança de tarifa de coleta de lixo diretamente de pessoas físicas ou jurídicas; e (iv) os serviços prestados no final do mês de dezembro e não faturados, são provisionados.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das principais atividades de controles internos da Empresa relacionados ao processo da Administração para registrar o montante de receita de prestação de serviços, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (ii) quando aplicável, verificamos documentos de atualizações de valores anuais referentes aos contratos de licitação vigentes; (iii) ampliamos nossa abordagem de auditoria por meio da utilização de procedimentos automatizados de análise de dados, aplicados nos lançamentos contábeis de receita, com o objetivo de identificar transações e padrões atípicos que pudessem indicar riscos de distorção relevante; e (iv) recalculamos a receita de construção, realizamos uma amostra e verificamos as respectivas notas fiscais, boletins de medição e comprovante de liquidação.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita, realizados pela Empresa, assim como as respectivas divulgações, estão aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Yukie de Andrade Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	51.722	68.084	64.717	74.690	Fornecedores	18	16.133	14.488	17.233	14.561
Contas a Receber de Clientes	7	67.884	69.717	69.497	71.539	Empréstimos, Financiamentos e Nota Comercial	19	21.651	12.248	21.651	12.248
Estoques		35	70	35	70	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20	30.219	27.991	30.962	28.279
Tributos a Recuperar	8	14.069	7.675	14.857	7.862	Obrigações Tributárias	21	14.069	13.263	14.371	13.478
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	142.447	102.066	142.447	102.066	Passivo Fiscal Corrente	21	558	728	558	728
Outros Créditos	10	9.919	1.054	9.962	1.056	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	9	12.386	10.020	12.386	10.020
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		286.076	248.666	301.515	257.283	Outras Obrigações	22	30.200	31.244	30.200	31.244
						Passivo de Arrendamento	17	8.706	4.459	8.996	4.557
NÃO CIRCULANTE						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		133.922	114.441	136.357	115.115
Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas	9	1.018	184	1.018	184	NÃO CIRCULANTE					
Aplicações Financeiras		315	556	315	556	Empréstimos, Financiamentos e Nota Comercial	19	117.659	88.548	117.659	88.548
Depósitos Judiciais	23	2.193	1.364	2.193	1.374	Tributos Diferidos	11	52.886	37.565	53.538	38.112
Outros Créditos	10	58.255	28.510	58.261	28.509	Outras Obrigações	22	25.272	39.605	25.272	39.605
Ativo de Contrato	12	52.860	145.190	52.860	145.190	Provisão para Contingências	23	5.033	4.954	5.033	4.954
Ativo Financeiro de Concessão	13	1.809	1.842	1.809	1.842	Provisão para encerramento dos aterros sanitários	24	10.808	10.747	10.808	10.747
		116.450	177.646	116.456	177.655	Passivo de Arrendamento	17	2.093	5.430	2.093	5.430
Investimentos	14	10.035	9.293	649	1.252	Total do Passivo Não Circulante		213.751	186.849	214.403	187.396
Imobilizado	15	122.046	112.878	128.286	113.417	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Intangível	16	188.890	88.030	188.910	88.030	Capital Social		248.070	248.070	248.070	248.070
Ativo Direito de Uso	17	10.114	9.709	10.381	9.806	Reservas de Lucros		136.127	95.121	136.127	95.121
Total do Ativo Não Circulante		447.535	397.556	444.682	390.160	Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.741	1.741	1.741	1.741
						Patrimônio Líquido atribuído aos quotistas da controladora		385.938	344.932	385.938	344.932
						Não controladores		-	-	9.499	344.932
TOTAL DO ATIVO		733.611	646.222	746.197	647.443	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		733.611	646.222	746.197	647.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	643.399	616.820	655.100	620.200
Custo dos Serviços Prestados	27	(520.334)	(506.854)	(535.680)	(509.247)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		123.065	109.966	119.420	110.953
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(31.681)	(30.426)	(31.737)	(31.272)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(36.400)	(32.331)	(36.585)	(32.366)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber		(5.212)	(5.985)	(6.280)	(5.985)
Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas	27	13.500	7.502	11.738	7.502
Equivalência Patrimonial	14	(3.569)	388	(610)	(423)
LUCRO OPERACIONAL		91.384	79.540	87.683	79.681
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	28	53.544	31.963	54.842	32.410
Despesas Financeiras	28	(49.943)	(31.711)	(50.029)	(31.716)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		94.985	79.792	92.496	80.375
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	11	(7.130)	(12.055)	(7.232)	(12.194)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(15.321)	(6.982)	(15.426)	(7.426)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		72.534	60.755	69.838	60.755
Atribuível a:					
Quotistas da Empresa				72.534	60.755
Participação dos Não Controladores				(2.696)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. - 03.094.629/0001-36

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	72.535	60.755	69.839	60.755
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>72.535</u>	<u>60.755</u>	<u>69.839</u>	<u>60.755</u>
Atribuído a:				
Quotistas da Empresa	72.535	60.755	72.535	60.755
Participação dos Não Controladores			(2.696)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. - 03.094.629/0001-36

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		178.070	70.000	67.562	-	1.818	317.450	-	317.450
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	60.755	-	60.755	-	60.755
Destinações:									
Lucros Retidos		-	-	60.755	(60.755)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	77	-	(77)	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aumento de Capital Social	25	70.000	(70.000)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	(22.251)	-	-	(22.251)	-	(22.251)
Distribuição de Lucros	25	-	-	(11.022)	-	-	(11.022)	-	(11.022)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		248.070	-	95.121	-	1.741	344.932	-	344.932
Resultado do Exercício:									
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	72.534	-	72.534	(2.696)	72.534
Destinações:									
Lucros Retidos		-	-	72.534	(72.534)	-	-	-	-
Transação de capital com sócios:									
Aumento de Capital Social		-	-	-	-	-	-	12.195	-
Juros sobre o Capital Próprio	25	-	-	(31.528)	-	-	(31.528)	-	(31.528)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		248.070	-	136.127	-	1.741	385.938	9.499	385.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. - 03.094.629/0001-36

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos		94.985	79.792	92.496	80.375
Ajustes:					
Equivalência Patrimonial	14	3.569	(388)	610	423
Depreciação e Amortização	27	55.853	47.467	56.521	47.578
Provisão para Contingências	23	1.631	1.459	1.631	1.459
Provisão de Juros sobre Outras Obrigações	22	6.569	6.570	6.569	6.570
Provisão de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	28	20.547	12.917	20.547	12.917
Provisão de Juros sobre Outros Créditos		(110)	-	(110)	-
Provisão de Juros sobre Empréstimos com Partes Relacionadas	9	(4.930)	(4.597)	(4.930)	(4.597)
Provisão de Juros sobre Ativos de Concessão	28	(858)	(1.631)	(858)	(1.631)
Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	7	5.212	5.910	6.280	5.910
Ajuste a Valor Presente		2.874	1.917	2.939	1.923
Custo com encerramento de contratos de arrendamentos	17	161	48	160	48
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamentos	19	263	184	263	184
Valor residual de Ativo Imobilizado e Intangível baixados		(93)	(53)	(42)	(53)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a Receber de Clientes		(3.379)	(13.621)	(4.237)	(15.443)
Estoques		35	73	35	73
Tributos a Recuperar		(15.933)	(2.026)	(11.904)	(2.213)
Outros Créditos		(38.520)	(735)	(38.570)	(731)
Depósitos Judiciais		(829)	(235)	(819)	(245)
Ativos de Financeiro e de Contrato		(20.751)	(37.110)	(20.751)	(37.110)
Fornecedores		1.645	(486)	2.672	(413)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.228	3.182	2.683	3.298
Obrigações Tributárias		806	(7.504)	893	(7.365)
Outras Obrigações		(3.817)	1.315	(3.817)	1.315
Impostos Pagos		(1.954)	(7.172)	(6.684)	(7.235)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		105.204	85.276	101.577	85.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de Investimentos	22	(4.305)	(7.000)	-	-
Aumento de Capital Social em controladas	14	-	-	9.199	-
Resgate de Aplicação Financeira		241	236	241	236
Outros Investimentos		(6)	(4)	(7)	(4)
Receita de alienação do Ativo Imobilizado		364	1.283	364	1.283
Adições do Ativo Imobilizado	15	(26.486)	(35.573)	(29.469)	(35.673)
Adições ao Ativo de Contrato e Intangível		(168)	(6.570)	(188)	(6.570)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(30.360)	(47.628)	(19.859)	(40.728)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	25	(24.434)	(26.149)	(24.434)	(26.149)
Captações de Empréstimos e Financiamentos	19	49.020	17.333	49.020	17.333
Pagamentos de investimentos adquiridos a prazo	22	(19.681)	(18.053)	(19.681)	(18.053)
Transferência de caixa na cisão	1	-	(1)	-	-
Empréstimos com Partes Relacionadas		(36.800)	(5.000)	(36.800)	(5.000)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	19	(16.607)	(9.996)	(16.607)	(9.996)
Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	19	(14.709)	(12.334)	(14.709)	(12.334)
Passivo de Arrendamento	17	(27.995)	(23.666)	(28.480)	(23.726)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(91.206)	(77.866)	(91.691)	(77.925)
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16.362)	(40.218)	(9.973)	(33.616)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		68.084	108.302	74.690	108.306
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		51.722	68.084	64.717	74.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. (“Empresa”) foi constituída em 14/04/1999 e sua Sede Administrativa está localizada em Joinville/SC à rua Coronel Santiago, 400, Anita Garibaldi.

Seu principal setor de atuação e atividade operacional é a Limpeza Urbana, desde sua fundação e, a partir de 2003, ingressou no setor de Saneamento. Oferece serviços como a coleta de resíduos, serviços gerais de limpeza, implantação e operação de aterros sanitários, operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, por meio de concessões públicas e prestações de serviços. A Empresa atualmente opera 6 aterros sanitários.

Investimento em controlada indireta – Riosulense SPE Ltda.

Por meio de sua controlada Ambiental Meio Ambiente e parceiros, a Empresa constituiu Sociedade de Propósito Específico - SPE para assumir o contrato de concessão do município de Rio do Sul/SC, que ocorreu em 07/04/2025. O contrato abrange a prestação dos serviços de coleta de resíduos sólidos, transporte de resíduos provenientes dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), operação e manutenção dos PEVs e dos Ecopontos, destinação final dos resíduos, varrição manual de vias e serviços gerais de limpeza. O prazo contratual é de 30 anos e, a partir de janeiro de 2026, passou a ser realizada a cobrança direta aos usuários pelos serviços de manejo de resíduos.

Investimento em controlada direta – CSA Rolândia SPE S.A.

Ainda em 2025, a Empresa constituiu Sociedade de Propósito Específico - SPE para assumir o contrato de concessão do município de Rolândia/PR. Os serviços a serem executados serão: coleta de resíduos sólidos comuns, recicláveis e volumosos, destinação final de resíduos, ponto de entrega voluntária, operação e manutenção de aterro sanitário, compostagem aeróbica, unidade de tratamento e valorização de resíduos sólidos, unidade de tratamento de resíduos volumosos, varrição manual de vias, serviços gerais de limpeza e educação ambiental. O prazo contratual é de 30 anos e prevê cobrança direta ao usuário a partir do terceiro exercício fiscal. O início da prestação dos serviços ocorreu em 05 de janeiro de 2026.

URE

A Unidade de Recuperação Energética (URE) foi inaugurada em 30/09/2025, instalada no Parque de Educação Ambiental Bororós, no município de Joinville. Alinhada às principais tendências globais, esta é a primeira planta da América Latina a converter resíduos em combustível biossintético e energia, o que amplia a vida útil do aterro sanitário e reduz a dependência desse modelo de destinação. Com a finalização da obra, a Empresa transferiu os saldos do Ativo de Contrato para o Ativo Intangível, para início da realização contábil da amortização.

Prorrogação contrato de concessão do município de São José/SC

Em 18/12/2025 foi assinada a prorrogação do contrato de São José por mais 15 anos, a contar a partir do seu primeiro vencimento no ano de 2031. Nesta renovação foram firmados compromissos de universalização do acesso aos serviços prestados e de sustentabilidade econômico financeira do contrato, entre eles destacam-se: diluição do complemento de tarifa referente ao ano de 2025, implantação de ponto de entrega voluntária – PEV e implantação de unidade de tratamento de resíduos – UTR.

Reorganização societária - Cisão Parcial

Em 30 de abril de 2024, a Empresa realizou transferência de patrimônio líquido através de cisão parcial para sua controlada Ambiental Meio Ambiente Ltda., criada em 08 de março de 2024, a fim de reestruturar a segmentação dos negócios de atuação do Grupo. Na cisão, o contrato de prestação de serviços da Empresa com o Município de Indaial foi transferido para sua controlada, que assumiu a prestação de serviços a partir de maio/2024. A relação de bens e saldos incorporados ao patrimônio dessa empresa é demonstrada a seguir:

	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Ambiental Meio Ambiente Ltda.
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1)	1
Outros Créditos	(5)	5
Imobilizado	(495)	495
Obrigações Sociais	172	(172)
Tributos Diferidos	104	(104)
Acervo Líquido cindido	(225)	225

Contrato de concessão

Atualmente, a Empresa possui as seguintes Concessões Públicas de Limpeza Urbana:

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Opção de renovação/extensão ao final da concessão (i)
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	1997 - 2037	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	Não
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Itajaí	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2005 - 2030	Prefeitura Municipal de Itapema	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2002 - 2032	Prefeitura Municipal de Joinville	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2024 - 2043	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul	Sim
Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2025 - 2046 (ii)	Prefeitura Municipal de São José	Sim
Riosulense SPE Ltda.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2025 - 2055 (iii)	Prefeitura Municipal de Rio do Sul	Não
CSA Rolândia SPE S.A.	Serviços de Limpeza Urbana do Município	2026 - 2055 (iv)	Prefeitura Municipal de Rolândia	Não

(i) Contratos que possuem opção de renovação ou extensão dentro do prazo limite definido pelos Editais sem necessidade de nova licitação.

(ii) A renovação do contrato foi assinada no dia 18 de dezembro de 2025, prorrogando por mais 15 anos a partir do seu primeiro vencimento no ano de 2031.

(iii) A Empresa, por meio de sua controlada Ambiental Meio Ambiente, firmou consórcio com parceiros e constituiu a Riosulense SPE Ltda. com a finalidade de assumir o Contrato de Concessão do município de Rio do Sul/SC, cuja vigência teve início em 07 de abril de 2025.

(iv) A Empresa firmou consórcio com parceiro e constituiu a CSA Rolândia SPE S.A., por meio da qual celebrou o Contrato de Concessão do município de Rolândia/PR em 17 de dezembro de 2025, com início de vigência em 05 de janeiro de 2026.

Em todas as concessões a Empresa possui direito de utilização total dos ativos concedidos durante o período do contrato. Obedecendo às condições de uso acordadas, deve efetuar melhorias nos ativos concedidos, como: investimentos no sistema de tratamento e destinação final de resíduos; obras de ampliação e implementação de melhorias nas instalações e/ou equipamentos.

A Empresa é requerida a realizar manutenções periódicas dos ativos (instalações, veículos, equipamentos). Estas manutenções são remuneradas através da tarifa acordada no início da concessão, e revisada anualmente, mediante reajuste ou readequação desta tarifa para garantia do equilíbrio econômico- financeiro do contrato.

Contratos de prestação de serviços

A Empresa está presente em 113 municípios (122 em 31 de dezembro de 2024) do estado de Santa Catarina com 121 contratos públicos de prestação de serviços de Limpeza Urbana (155 em 31 de dezembro de 2024). Além dos contratos públicos, possui 1.974 contratos privados (1.931 em 31 de dezembro de 2024) para prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde (“lixo hospitalar”) e 34 contratos privados para prestação de serviços de limpeza urbana (29 em 31 de dezembro de 2024).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 27 de março de 2026.

2.2. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Empresa, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

	Local de constituição e operação	Negócio	Quantidades de Ações / Cotas Possuídas		Participação no Capital Social (%)	
			2025	2024	2025	2024
Diretas:						
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	21	21	100,00%	100,00%
Ambiental Meio Ambiente Ltda	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	10.726	7.225	100,00%	-
CSA Rolândia SPE S.A. (i)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	10.113	-	50,00%	-
Indireta:						
Riosulense SPE Ltda (ii)	Brasil (SC)	Limpeza Urbana	8.332	-	39,55%	-

- (i) A empresa foi constituída por meio de consórcio firmado com parceiro em 08 de dezembro de 2025, com o objetivo de assumir o Contrato de Concessão do Município de Rolândia/PR.
- (ii) A empresa foi constituída em 11 de dezembro de 2024 por meio de consórcio firmado entre sua controlada direta Ambiental Meio Ambiente e parceiros, com o objetivo de assumir o Contrato de Concessão do Município de Rio do Sul/SC.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis são aplicadas uniformemente àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O cálculo de equivalência patrimonial é realizado na mesma data do balanço da controladora.

Controlada é uma entidade sobre a qual a Empresa detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do controle exercido em relação à investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

A Empresa determina, em cada fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nenhuma provisão foi considerada necessária pela Administração.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Empresa reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Empresa eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Empresa. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer

contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

b) Perda de controle em controladas

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, mas não o controle. A demonstração dos investimentos em entidade com influência significativa é conforme segue:

<u>Nome da entidade</u>	<u>Local</u>	<u>Setor</u>	<u>Participação (ações)</u>	<u>Percentual de participação</u>
Itajaí Biogás e Energia S.A.	Brasil (PR)	Energia Elétrica	1.546	25,00%

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida de forma reflexa nas reservas da Empresa.

Adicionalmente, a Empresa constitui provisão em seu passivo quando a participação da Empresa nas perdas de uma controlada ou coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, exceto em situações de extinção ou inaplicabilidade de tal obrigação da data de apresentação das demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Empresa mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (ii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos, quando aplicável, dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Empresa. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Empresa. Anualmente, a Empresa revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

b) Provisões e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Empresa estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Empresa, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito. Para esses processos, a Empresa mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido das atualizações; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor mais provável de desembolso estimado.
- Perda possível: são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota e menor do que provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Empresa não faz provisão, mas divulga em nota explicativa os processos de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno, menor do que possível. Para esses processos, a Empresa não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Empresa acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Empresa, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

c) Receita não faturada

A Empresa registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda pautadas em contratos e cumprimento das obrigações de desempenho por valores considerados altamente prováveis de serem realizados pela Empresa, observando o período de competência da efetiva prestação dos serviços.

d) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Empresa registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida, metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores como a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Empresa acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

e) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

g) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Empresa ("spread" de crédito). A Empresa utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Empresa nos exercícios apresentados.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Empresa classifica os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento, considerando que referem-se ao custo de obtenção de recursos financeiros.

4.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber da Empresa são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Nos casos em que a Empresa obtiver claras evidências de que o valor não será recebido, será considerado perda efetiva (Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa de Contas a Receber na Demonstração de Resultados).

A política da Empresa para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 180 dias. O saldo vencido há mais de 180 dias não provisionado em 31 de dezembro de 2025, líquido da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a renegociações em fase de formalização e com alta probabilidade de êxito, para os quais Administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Empresa também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa de acordo com o relacionamento com os clientes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber.

Fazem parte da estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa todas as faturas vencidas há mais de 180 dias dos clientes de domicílio, e há mais de 365 dias dos clientes públicos.

No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros a prazo e somente registrado se for relevante para as demonstrações financeiras.

4.3. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

<u>Ativo/Passivo Financeiro</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Custo amortizado
Contas a receber de Clientes	Custo amortizado
Ativo Financeiro de Concessão	Custo amortizado
Ativos de Contrato	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos, Financiamentos e Notas Comerciais	Custo amortizado
Outras Obrigações	Custo amortizado

4.3.1. Ativos Financeiros

Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais, enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, empréstimos a coligadas e adiantamento a clientes.

A Empresa avaliou no final do período se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estaria deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de

um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

4.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Empresa não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4.4. Intangível

Softwares e direitos de uso

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado ou público firmado entre as controladas e o poder concedente ou cliente.

Ativo intangível - Construções decorrentes de contratos de concessões

A Empresa reconhece seus ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Empresa. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização. O saldo é amortizado conforme prazo do contrato de concessão, ou vida útil, dos dois o menor.

4.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas/(Despesas) operacionais, líquidas"

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	50
Instalações	15
Máquinas e equipamentos	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4 a 7
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitorias em aterros sanitários	Conforme vida útil residual

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, sendo que representam adequadamente a posição no final do exercício.

4.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

4.7. Empréstimos, financiamentos e notas comerciais

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e notas comerciais são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos, financiamentos e notas comerciais são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.8. Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

As obrigações da Empresa nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Todos os contratos contemplam opções de renovação.

Premissas para o reconhecimento

A Empresa reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.

- (i) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (ii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iii) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (iv) A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi obtida através de pesquisas de mercado, objetivando aplicar uma taxa de desconto similar ao custo financeiro de aquisição de ativos similares, caso fossem financiados.

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

i) Arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

ii) Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 10 anos.

iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4.9. Concessões

Ativo financeiro - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção, sejam eles ao longo do contrato ou ao término da concessão.

Ativo intangível - Decorrente de receita de construções sobre concessões ativas

São representados pelas receitas de serviços remunerados diretamente pelo consumidor (proprietário ou responsável pelo imóvel), sendo caracterizadas como ativo intangível em suas contabilizações. Diante das circunstâncias desses casos, a Empresa (Concessionária) reconhece o ativo intangível na medida em que a contraprestação do concessionário depende do uso da infraestrutura, assumindo o risco de demanda.

A Empresa reconhece seus ativos financeiros e intangíveis decorrentes dos contratos de concessão em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Empresa. Já o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

Modelo híbrido: os serviços em que parte do valor será subsidiada pelas prefeituras e a outra parte é paga pelo usuário, a Empresa deve caracterizar a receita pelo modelo híbrido, reconhecendo a receita subsidiada pela prefeitura como ativo financeiro e os proventos advindos dos consumidores como ativo intangível.

4.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período corrente são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Empresa se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.11. Ativo de Contrato e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido pelo valor justo, considerando os gastos incorridos pela Empresa na formação da infraestrutura de cada contrato, juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Empresa como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Empresa. Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros.

Os Ativos de Contrato são provisionadas para perdas baseada na taxa histórica de perdas de períodos anteriores e perdas esperadas, conforme preconiza o CPC 48 (IFRS 9). Historicamente, não há registros de perdas relacionadas a Ativos de Contrato.

4.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

A Empresa e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos serviços, a Empresa e suas controladas consideram os efeitos, quando aplicado da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Receitas de serviços de saneamento e limpeza urbana

A prestação de serviços é realizada em sua maioria para clientes do Poder Público. Os contratos firmados, sendo a Empresa vencedora da licitação, caracterizam modelo de concessão ou contrato de prestação de serviços. A receita de prestação de serviço é reconhecida por ocasião da prestação de cada serviço, seguindo os requisitos de reconhecimento de receita. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Empresa na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Empresa na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12/ ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

c) Remuneração de ativo financeiro

A remuneração de ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Empresa. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Empresa reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

5. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As seguintes novas normas foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Empresa irá adotar as normas e novas interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Empresa está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pelo Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, ainda em tramitação. A reforma prevê a substituição gradual do ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre o valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal, e o IS exercerá função predominantemente regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A implementação integral do novo sistema está prevista para 2033, com período de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como principais objetivos a simplificação do sistema tributário nacional, a adoção do princípio da tributação no destino, a não cumulatividade plena, a uniformização da legislação em âmbito nacional e a centralização da gestão por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à atual multiplicidade de normas e regimes.

Durante o período de transição, as entidades deverão avaliar os impactos da reforma na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, especialmente no que se refere à recuperabilidade dos créditos de ICMS, PIS e COFINS acumulados sob o regime vigente, considerando sua eventual compensação no novo sistema ou a possibilidade de perda do direito creditório.

Sob a ótica contábil, a reforma poderá demandar a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão analisar a recuperabilidade dos créditos tributários existentes, à luz das regras de transição e das condições estabelecidas pela nova legislação.

Até a presente data, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não emitiram pronunciamento formal sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Diante disso, as entidades devem acompanhar a evolução normativa e avaliar continuamente os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras, divulgando em notas explicativas as principais incertezas, estimativas e julgamentos envolvidos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Fixo	15	33	15	33
Bancos Conta Corrente	111	98	159	101
Aplicações de Liquidez Imediata	51.596	67.953	64.543	74.556
Total	51.722	68.084	64.717	74.690

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB"), fundo de investimento e operações compromissadas com bancos de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações estando a remuneração relacionada a uma variação média anual ponderada de aproximadamente 100,33% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2025 (100,45% do CDI em 31 de dezembro de 2024). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do Pronunciamento Contábil CPC 03.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	38.353	45.846	41.033	47.669
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	119.949	116.415	119.949	116.415
Cientes Particulares	2.911	533	2.911	533
	161.213	162.794	163.893	164.617
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(93.329)	(93.077)	(94.396)	(93.077)
Total	67.884	69.717	69.497	71.539

Demonstramos abaixo a abertura de contas a receber por idade de vencimento:

Aging List de Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer até 60 dias	15.884	18.131	15.884	18.540
Vencidos de 1 a 30 dias	10.867	7.017	10.867	7.732
Vencidos de 31 a 180 dias	14.498	13.441	14.498	13.651
Vencidos de 181 a 365 dias	12.167	11.542	12.811	11.542
Vencidos acima de 365 dias	78.565	79.516	78.988	79.516
Total	131.981	129.647	133.048	130.981
Direitos a faturar	29.232	33.147	30.845	33.636
Total	161.213	162.794	163.893	164.617

Apresentamos a seguir a composição do total do contas a receber vencido, líquido das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Contas a Receber	Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	9.652	(2.383)	7.270	5.417
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	105.852	(90.663)	15.189	13.772
Cientes Particulares	592	(283)	309	175
	<u>116.096</u>	<u>(93.329)</u>	<u>22.768</u>	<u>19.364</u>

Descrição	Contas a Receber	Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
Contas a Receber				
Órgãos Públicos	10.720	(3.450)	7.270	5.417
Cobrança direta de tarifa de coleta de lixo	105.852	(90.663)	15.189	13.772
Cientes Particulares	592	(283)	309	175
	<u>117.164</u>	<u>(94.396)</u>	<u>22.768</u>	<u>19.364</u>

A movimentação de Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa da Empresa é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	(87.013)	(87.013)
Adições	(19.352)	(19.352)
Reversões	13.288	13.288
Em 31 de dezembro de 2024	<u>(93.077)</u>	<u>(93.077)</u>
Adições	(12.540)	(13.607)
Reversões	7.328	7.328
Baixas	4.960	4.960
Em 31 de dezembro de 2025	<u>(93.329)</u>	<u>(94.396)</u>

Garantias

A Empresa efetuou as seguintes cessões em garantias:

- Contas a receber das tarifas de coleta de lixo de Balneário Camboriú cedidos em garantia nas duas operações de Finame Materiais realizadas pela Empresa com o Banco Bradesco S.A.
- Contas a receber das tarifas de coleta de lixo dos municípios de São José, Itapema e Itajaí em garantia na operação de emissão de notas comerciais com o Banco Itaú S.A.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CSRF a Recuperar	38	244	38	244
IRRF a recuperar (i)	10.359	6.523	11.107	6.629
Crédito Judicial - INSS (ii)	787	787	787	787
Outros impostos a recuperar	2.885	121	2.925	202
Total	14.069	7.675	14.857	7.862

(i) Os saldos apresentados referem-se, substancialmente, ao imposto de renda retido na fonte pelos clientes, discriminados em notas fiscais de serviço.

(ii) Refere-se ao saldo de contingência ativa, no qual a Empresa solicitou inexigibilidade de Contribuição Previdenciária e contribuição destinada a Terceiros sobre o abono assiduidade, salário-maternidade, bem como sobre os dias de afastamento que antecedem o auxílio-doença, o qual teve sentença transitada em julgado a favor da Empresa no exercício de 2021. A requisição de pagamento já foi expedida pelo Tribunal e o valor faz parte do calendário de pagamentos de 2026.

9. PARTES RELACIONADAS

A Empresa possui política formal para identificação, registro e divulgação de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Essa política estabelece critérios para identificação das partes relacionadas e das transações realizadas com essas partes, bem como orienta o adequado reconhecimento, mensuração e divulgação dessas operações nas demonstrações financeiras.

As transações com partes relacionadas são autorizadas e aprovadas pela alta administração da Empresa e registradas pela área de Contabilidade, com acompanhamento da Controladoria, assegurando que tais operações sejam devidamente refletidas e divulgadas nas demonstrações financeiras, conforme os requisitos do CPC 05 (R1).

As seguintes transações foram registradas com partes relacionadas:

(a) Empréstimos a Receber de Partes Relacionadas

Parte Relacionada	Taxa de juros	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental Participações S.A. (controladora) (i)	IPCA	Contrato de mútuo	142.447	102.066	142.447	102.066
Itajaí Biogás e Energia S.A. (investida)	Poupança	Contrato de mútuo	1.018	184	1.018	184
			143.465	102.250	143.465	102.250
Ativo Circulante			142.447	102.066	142.447	102.066
Ativo Não Circulante			1.018	184	1.018	184

(i) Refere-se, substancialmente, à contrato de mútuo celebrado entre a Empresa e sua controladora Ambiental Participações S.A., para cumprimento de suas obrigações financeiras.

- (ii) Os contratos de mútuo com Partes Relacionadas são efetuados à condições equivalentes às praticadas no mercado. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estando sujeitos a juros. Não houve garantias recebidas em relação a quaisquer contratos com Partes Relacionadas.

A movimentação dos saldos de empréstimos a receber de Partes Relacionadas está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo inicial	Adições	Atualização	Imposto Retido	Saldo Final
Ambiental Participações	93.348	5.000	4.583	(865)	102.066
Itajaí Biogás e Energia S.A.	172	-	14	(2)	184
	<u>93.520</u>	<u>5.000</u>	<u>4.596</u>	<u>(867)</u>	<u>102.250</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024					
Ambiental Participações	102.066	36.000	4.889	(507)	142.447
Itajaí Biogás e Energia S.A.	184	800	41	(7)	1.018
	<u>102.250</u>	<u>36.800</u>	<u>4.930</u>	<u>(514)</u>	<u>143.466</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025					

(b) Juros sobre Capital Próprio a pagar

Abaixo apresentamos o saldo de Juros sobre Capital Próprio creditado à sócia e não quitados na data das Demonstrações Financeiras:

Parte Relacionada	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental Participações S.A. (controladora)	Juros sobre Capital Próprio	12.386	10.020	12.386	10.020

A movimentação dos Juros sobre Capital Próprio é demonstrado abaixo:

	Ambiental Participações
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.235</u>
JSCP creditado	18.913
Pagamentos	<u>(15.127)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>10.020</u>
JSCP creditado	26.799
Pagamentos	<u>(24.434)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>12.386</u>

(c) Demais transações com partes relacionadas

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Direito de uso de Arrendamento - locação de imóveis	361	720	361	720
Riosulense SPE Ltda. (controlada)	10	Prestação de serviços	50	-	-	-
Total de saldos com outras transações com Partes Relacionadas - Ativo			411	720	361	720

Parte Relacionada	Referência Nota Explicativa	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Emtuco Serviços e Participações S/A (socios com vínculo familiar)	18	Contratação de serviços	-	4	-	4
Ambiental Participações S.A. (controladora)	18	Locação de bens móveis	1.275	1.217	1.275	1.217
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (sócias em comum)	17	Passivo de arrendamento - locação de imóveis	365	764	365	764
Acionistas não controladores	22	Aquisição de cotas de acionista não controlador - Ecotrash	-	137	-	137
Total Partes Relacionadas - Passivo Circulante			1.640	2.122	1.640	2.122

As transações da controladora com partes relacionadas estão assim representadas na Demonstração de Resultados:

Parte Relacionada	Controladora					
	Resultado financeiro		Outras Receitas/(Despesas) Operacionais, Líquidas		Custo dos Serviços Prestados	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental Participações S.A.	3.899	3.794	-	-	(14.305)	(12.536)
Emtuco Serviços e Participações S.A.	-	-	-	-	(3.694)	(4.297)
Itajaí Biogás e Energia S.A.	41	14	-	-	-	-
Beta Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	(46)	(55)	-	-	(681)	(833)
Riosulense SPE Ltda.	129	-	1.722	-	-	-
Total de transações com Partes Relacionadas	4.023	3.753	1.722	-	(18.680)	(17.666)

Demais informações sobre as transações com partes relacionadas

(a) Administradores

A Empresa é administrada por uma Diretoria Executiva com dois integrantes.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como a Empresa não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Empresa também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. O pessoal-chave da administração corresponde aos quotistas e diretores da Empresa.

A remuneração paga ao pessoal chave da Administração por seus serviços correspondeu ao montante consolidado de R\$ 1.672 (R\$ 2.705 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos com terceiros	1.115	47	1.153	46
Créditos com Partes Relacionadas	50	-	-	-
Despesas do exercício seguinte - seguros a apropriar	26	40	26	40
Adiantamentos a funcionários	142	142	142	142
Adiantamentos a fornecedores (i)	8.563	821	8.623	823
Precatório a receber (ii)	29.077	5.224	29.077	5.224
Crédito de suplementos (iii)	29.201	23.290	29.202	23.290
Total	68.174	29.564	68.223	29.565
Ativo Circulante	9.919	1.054	9.962	1.056
Ativo Não Circulante	58.255	28.510	58.261	28.509

(i) Adiantamentos a fornecedores: A Empresa adiantou valores referente a tecnologia que está sendo desenvolvida no Aterro de Erval Velho, como alternativa para o tratamento dos resíduos.

(ii) Precatórios a receber

A Empresa reconheceu precatórios decorrentes de processos de cobrança de seus clientes. Os processos são listados abaixo:

- a. Processo 5006121-51.2022.8.24.0031 movido contra o Município de Indaial, cujo objeto era a cobrança de atualização monetária decorrente de atraso de pagamento, diferenças de aprovação de reajuste anual e revisões de preço. O valor atualizado do precatório é de R\$ 205 e a expectativa de recebimento é para o segundo semestre/2026.
- b. Processo 5033811-17.2023.8.24.0000 movido contra o Município de São José: cujo objeto era a expedição de mandado de pagamento ao município para que efetuasse pagamento de fatura não quitada. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.999 e a expectativa de recebimento é para o primeiro semestre/2026.
- c. Processo 0004982-71.2020.8.24.0500 movido contra o Município de Balneário Camboriú, cujo objeto era o pedido de equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 1998. O valor atualizado do precatório é de R\$ 1.509. A última parcela do crédito será recebida em 2026.
- d. Processo 5032296-73.2025.8.24.0000 movido contra o Município de Joinville, cujo objeto era o pedido de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, que cobra o saldo da arrecadação da Tarifa de Coleta de Lixo do ano de 2003. O valor atualizado do precatório é de R\$ 25.363. A expectativa é de que o recebimento ocorra no 1º semestre de 2028.

(iii) Créditos de suplemento

- (i) Município de Joinville: A Empresa assinou no dia 20 de abril de 2022 o 8º Termo Aditivo ao Contrato 378/2022 - Contrato de Concessão com o Município de Joinville. O Termo Aditivo determinou cronograma financeiro para quitação dos valores de suplementos, que representam a parte dos serviços remunerados pelo município. Desde a assinatura do Termo Aditivo até 31 de dezembro de 2024, o crédito de suplemento foi reconhecido de acordo com valores aprovados pelo Município anualmente. Durante o ano de 2025, R\$ 5.915 já foram quitados do saldo a receber, conforme previsto previamente no Termo Aditivo.

O percentual do suplemento relativo às construções de obras está registrado na rubrica de Ativo de Contrato.

- (ii) Município de São José: no dia 18 de dezembro de 2025 a Empresa assinou o 11º Termo Aditivo ao Contrato 001/2004 – Contrato de Concessão com o Município de São José. O Termo Aditivo previu a diluição do suplemento tarifário ao longo do prazo do Contrato de Concessão, prorrogado nesse mesmo termo aditivo até o ano de 2046.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Composição dos impostos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo fiscal diferido				
Ativo Intangível e Financeiro - Custos de Construções de Concessão	(35.160)	(33.347)	(35.160)	(33.347)
Arrendamentos	(233)	(61)	(241)	(61)
Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.171)	(969)	(1.171)	(969)
Provisão para Contingências	(1.711)	(1.685)	(1.711)	(1.684)
Ágio gerado em aquisições de investimentos	3.081	652	3.081	652
Provisão para Encerramento dos Aterros Sanitários	(450)	(283)	(450)	(283)
Passivo fiscal diferido				
Imobilizado - Custo Atribuído	897	897	897	896
Imobilizado - Revisão da Vida Útil	5.676	5.250	5.757	5.348
Ativo Intangível e Financeiro - Construções de Concessões (i)	58.939	52.987	58.939	52.987
Receitas de Precatórios	9.886	1.776	9.886	1.776
Lucro Diferido com Órgãos Governamentais (ii)	13.132	12.348	13.711	12.797
Ativo e passivo fiscal diferido, líquido	52.886	37.565	53.538	38.112

- (i) Referem-se ao diferimento do resultado contábil gerado no reconhecimento das obras de Ativos de Contrato, até a sua realização efetiva.
- (ii) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

b) Reconciliação da Alíquota Nominal com a Taxa Efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Empresa, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	94.986	79.792	92.496	80.375
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(32.295)	(27.129)	(31.449)	(27.328)
Efeito das adições (exclusões)	9.844	8.092	8.792	7.708
Equivalência patrimonial	(1.214)	388	(207)	(144)
Juros sobre o Capital Próprio	10.720	7.565	10.720	7.565
Prejuízo Fiscal	-	-	(1.983)	(112)
Outros	338	139	262	399
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(22.451)	(19.037)	(22.657)	(19.620)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.130)	(12.055)	(7.231)	(12.194)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.321)	(6.982)	(15.426)	(7.426)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(22.451)	(19.037)	(22.657)	(19.620)
Alíquota efetiva	-24%	-24%	-24%	-24%

12. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de contrato	52.860	145.190

A redução do saldo dos Ativos de contrato em 2025 refere-se a finalização da construção da obra Unidade de Recuperação Energética, localizada no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua

concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a Empresa assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador. A receita reconhecida referente esta obra totaliza o montante de R\$ 95.323.

Os saldos restantes representam as demais obras vinculados aos Contratos de Concessão que ainda não foram finalizadas.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.449
Adições	43.471
Juros	1.631
Transferências	(6.229)
Baixas por recebimento	<u>(132)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	145.190
Adições	21.446
Juros	858
Transferências	(113.972)
Baixas por recebimento	<u>(662)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	52.860

13. ATIVOS FINANCEIROS DE CONCESSÃO

O ativo financeiro é representado pelo direito de faturar receitas decorrentes de construções relacionadas aos contratos de concessões públicas. A amortização do saldo ocorre na medida em que há o recebimento da contrapartida do cliente.

- Os saldos referem-se à construções vinculadas aos contratos de concessão de Joinville e Itajaí. Não há expectativa de recebimento dos saldos a curto prazo.

	<u>Consolidado</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.842	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.842	
Baixas por recebimento	<u>(33)</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.809	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	-	-
Não Circulante	1.809	1.842

14. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Empresas Controladas</u>				
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	3	1	-	-
Ambiental Meio Ambiente Ltda.	8.586	8.041	-	-
CSA Rolândia SPE S.A. (i)	798	-	-	-
<u>Empresas Coligadas</u>				
Itajaí Biogás e Energia S.A.	261	871	261	871
<u>Outros Investimentos</u>				
Cotas de capital em cooperativas (ii)	387	381	388	381
Total Investimentos	10.035	9.293	649	1.252

(i) A empresa CSA Rolândia SPE S.A. foi constituída em 08 de dezembro de 2025, através de consórcio firmado em parceria com outro sócio, para assumir o Contrato de Concessão do município de Rolândia/PR.

(ii) Refere-se às cotas de capital nas cooperativas de crédito Sicredi e Sicoob, requisito obrigatório para manutenção da conta e relacionamento nessas instituições.

b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Saldo Inicial	Adições	Equivalência Patrimonial	Transações Societárias	Saldo Final
Em 31 de dezembro de 2023					
<u>Controladas (Diretas)</u>					
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	4	-	(3)	-	1
Ambiental Meio Ambiente Ltda.	-	7.000	815	226	8.041
<u>Coligada (Influência Significativa)</u>					
Itajaí Biogás S.A.	1.294	-	(423)	-	871
Em 31 de dezembro de 2024	1.298	7.000	389	226	8.913
<u>Controladas (Diretas)</u>					
Ecotrash - Consultoria Empresarial Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	1	5	(3)	-	3
Ambiental Meio Ambiente Ltda.	8.041	3.500	(2.954)	-	8.586
CSA Rolândia S.A.	-	800	(2)	-	798
<u>Coligada (Influência Significativa)</u>					
Itajaí Biogás S.A.	871	-	(610)	-	261
Em 31 de dezembro de 2025	8.913	4.305	(3.569)	-	9.648

(i) A Empresa ainda possui investimentos em cooperativas, saldos não contemplados no quadro.

c) Resumo das Informações Financeiras de Controladas

	2024										
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas Diretas											
Ecotrash - Consultoria Empresarial	100,00%	1	-	1	-	-	-	1	1	-	(3)
Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	100,00%	8.616	674	7.942	646	547	99	8.041	8.041	3.380	815
Investimento em controladas em 31 de dezembro 2024									8.042		
	2025										
	% de participação	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante Líquido	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Ativo Não Circulante Líquido	Patrimônio Líquido	Investimento	Receita Líquida de Serviços e Vendas	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas Diretas											
Ecotrash - Consultoria Empresarial	100,00%	3	-	3	-	-	-	3	3	-	(3)
Conservação Limpeza e Saneamento Ltda.	100,00%	2.375	92	2.283	6.732	428	6.304	8.586	8.586	427	(2.954)
CSA Rolândia SPE S.A.	50,00%	1.601	6	1.595	-	-	-	1.595	798	-	(5)
Investimento em controladas em 31 de dezembro 2025									9.387		

15. IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento (c)	Mais valia imobilizado (d)	Provisão para Encerramento dos Aterros (e)	Total
Taxa de depreciação		2%	6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	20%				
Custo	11.173	103	4.911	24.479	1.415	2.437	88.136	53	4.305	24.685	10.686	172.383
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.317)	(13.226)	(948)	(1.306)	(50.527)	(53)	-	(8.494)	(344)	(77.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.594	11.253	467	1.131	37.609	-	4.305	16.191	10.342	95.065
Adições	1.056	-	509	4.005	701	629	1.858	-	26.815	-	-	35.573
Baixas	(307)	-	(71)	(275)	(69)	(288)	(1.631)	(14)	(89)	(556)	-	(3.300)
Transferências	-	-	1.263	614	68	30	20.346	-	(22.321)	-	-	-
Transferências Cisão (Custo)	-	-	(5)	(53)	(19)	(27)	(1.895)	-	(2)	-	-	(2.001)
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.199)	(113)	(386)	(7.544)	-	-	(4.364)	(428)	(16.035)
Baixas da Depreciação	-	-	44	131	63	277	1.228	14	-	314	-	2.071
Transferências Cisão (Depreciação)	-	-	2	21	12	12	1.458	-	-	-	-	1.505
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.335	13.497	1.110	1.378	51.429	-	8.708	11.585	9.914	112.878
Custo	11.922	103	6.607	28.770	2.096	2.781	106.814	39	8.708	24.129	10.686	202.655
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.272)	(15.273)	(986)	(1.403)	(55.385)	(39)	-	(12.544)	(772)	(89.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.335	13.497	1.110	1.378	51.429	-	8.708	11.585	9.914	112.878
Adições	-	-	78	1.912	120	489	1.179	-	22.708	-	-	26.486
Baixas	-	-	(29)	(173)	(114)	(118)	(591)	(17)	-	(271)	-	(1.313)
Transferências	-	-	5.164	973	109	111	9.858	-	(16.215)	-	-	-
Depreciação	-	-	(713)	(2.395)	(161)	(468)	(10.192)	-	-	(2.808)	(340)	(17.077)
Baixas da Depreciação	-	-	17	121	102	95	450	17	-	270	-	1.072
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.922	-	7.852	13.935	1.166	1.487	52.133	-	15.201	8.776	9.574	122.046
Custo	11.922	103	11.820	31.482	2.211	3.263	117.260	22	15.201	23.858	10.686	227.828
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.968)	(17.547)	(1.045)	(1.776)	(65.127)	(22)	-	(15.082)	(1.112)	(105.782)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.922	-	7.852	13.935	1.166	1.487	52.133	-	15.201	8.776	9.574	122.046

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em, 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os veículos adquiridos através de Financiamentos são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à reforma de veículos para adequação da frota da Empresa, obras de ampliação de áreas de destinação de resíduos e desenvolvimento de tecnologias nos aterros sanitários.

(d) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do Grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.

(e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, que representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da Empresa para remediação ambiental, visto que a Empresa possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 15% a.a.

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos (b)	Equipamentos de Comunicação	Imobilizado em Andamento (c)	Mais valia imobilizado (d)	Provisão para Encerramento dos Aterros (e)	Total
Taxa de depreciação		2%	6,66%	5 a 10%	10%	20%	14 a 25%	20%				
Custo	11.173	103	4.911	24.478	1.416	2.438	88.138	53	4.303	24.685	10.686	172.384
Depreciação Acumulada	-	(103)	(2.318)	(13.226)	(949)	(1.305)	(50.527)	(53)	-	(8.494)	(344)	(77.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.173	-	2.593	11.252	467	1.133	37.611	-	4.303	16.191	10.342	95.065
Adições	1.056	-	509	4.005	703	629	1.858	-	26.913	-	-	35.673
Baixas	(307)	-	(71)	(276)	(68)	(291)	(1.631)	(14)	(90)	(556)	-	(3.304)
Transferências	-	-	1.263	614	68	30	20.441	-	(22.416)	-	-	-
Depreciação	-	-	(1.001)	(2.202)	(114)	(389)	(7.593)	-	-	(4.364)	(429)	(16.092)
Baixas da Depreciação	-	-	44	131	63	281	1.228	14	-	314	-	2.075
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.337	13.524	1.119	1.393	51.914	-	8.710	11.585	9.913	113.417
Custo	11.922	103	6.612	28.821	2.119	2.806	108.806	39	8.710	24.129	10.686	204.753
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.275)	(15.297)	(1.000)	(1.413)	(56.892)	(39)	-	(12.544)	(773)	(91.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.922	-	3.337	13.524	1.119	1.393	51.914	-	8.710	11.585	9.913	113.417
Adições	-	-	84	1.960	123	506	4.173	-	25.616	-	-	32.462
Baixas	-	-	(34)	(226)	(135)	(142)	(814)	(17)	(2)	(271)	-	(1.641)
Transferências	-	-	5.164	975	113	180	12.092	-	(18.524)	-	-	-
Depreciação	-	-	(713)	(2.402)	(162)	(478)	(10.398)	-	-	(2.808)	(340)	(17.301)
Baixas da Depreciação	-	-	20	148	116	107	671	17	-	270	-	1.349
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.922	-	7.858	13.979	1.174	1.566	57.638	-	15.800	8.776	9.573	128.286
Custo	11.922	103	11.826	31.530	2.220	3.350	124.257	22	15.800	23.858	10.686	235.574
Depreciação Acumulada	-	(103)	(3.968)	(17.551)	(1.046)	(1.784)	(66.619)	(22)	-	(15.082)	(1.113)	(107.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.922	-	7.858	13.979	1.174	1.566	57.638	-	15.800	8.776	9.573	128.286

(a) O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. Todos os ativos estão em pleno uso operacional.

(b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os veículos adquiridos através de Financiamento são garantia que suportam os respectivos contratos.

(c) O saldo refere-se, substancialmente, à reforma de veículos para adequação da frota da Empresa, obras de ampliação de áreas de destinação de resíduos e desenvolvimento de tecnologias nos aterros sanitários.

(d) A mais valia refere-se ao valor justo sobre o imobilizado do Grupo Tucano adquirido durante o ano de 2022.

(e) Refere-se à provisão com custos futuros para encerramento dos aterros sanitários, representa um conjunto de medidas futuras de responsabilidade da Empresa para remediação ambiental, visto que a Empresa possui obrigação sobre o solo e manutenções, o tratamento de todo o chorume restante nas estações de tratamento e manutenção dos sistemas de tratamento, até 20 anos após o encerramento dos ativos. A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 15% a.a.

16. INTANGÍVEL

Controladora	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em Andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais Valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais Valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	20%	20%	5%							
Custo	985	1.470	1.221	509	-	13.221	48.500	25.422	23.590	114.918
Amortização Acumulada	(619)	(1.346)	(367)	(100)	-	(5.142)	(8.519)	(7.766)	-	(23.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	366	124	854	409	-	8.079	39.981	17.656	23.590	91.059
Adições	189	-	-	-	152	6.228	-	-	-	6.569
Transferência Cisão	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Transferência Cisão Amortização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	413	109	759	373	152	13.128	34.870	14.636	23.590	88.030
Custo	1.173	1.470	1.221	509	152	19.449	48.500	25.422	23.590	121.486
Amortização Acumulada	(760)	(1.361)	(462)	(136)	-	(6.321)	(13.630)	(10.786)	-	(33.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	413	109	759	373	152	13.128	34.870	14.636	23.590	88.030
Adições	19	-	-	-	149	113.972	-	-	-	114.140
Baixas	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)
Transferências	300	-	-	-	(300)	-	-	-	-	-
Baixas Amortização	21	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Amortização	(186)	(15)	(95)	(36)	-	(4.787)	(5.111)	(3.020)	-	(13.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	516	94	664	337	1	122.313	29.759	11.616	23.590	188.890
Custo	1.441	1.470	1.221	509	1	133.421	48.500	25.422	23.590	235.575
Amortização Acumulada	(925)	(1.376)	(557)	(172)	-	(11.108)	(18.741)	(13.806)	-	(46.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	516	94	664	337	1	122.313	29.759	11.616	23.590	188.890

- (a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.
- (b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão. As adições referem-se à transferências das obras do Ativo de Contrato, após sua finalização. Durante o ano de 2025 foi concluída a construção da obra Unidade de Recuperação Energética, localizada no Aterro Sanitário de Joinville. No processo de renovação da sua concessão junto à Prefeitura Municipal de Joinville, a Empresa assumiu a contrapartida de desenvolver uma linha de produção para geração de CSBI - Composto Biossintético Industrial, composto este que será utilizado como combustível em uma caldeira de vapor, com intuito de gerar energia elétrica via turbogerador.
- (c) O saldo refere-se a transferência de acervo líquido das contas de investimento em 1º de janeiro de 2023, em decorrência da incorporação dos investimentos. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.
- (d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração ao longo do período de vida útil dos ativos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de caixa é de 11,5%. A taxa média de crescimento da receita considerada ao longo do prazo das projeções foi de 3,5%.

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. - 03.094.629/0001-36

Consolidado	Software	Obras em Aterro Sanitário	Sistema de Contentores Subterrâneos	Outros (a)	Intangível em Andamento	Contratos de Concessão (b)	Mais Valia - Licenças de operação de aterros sanitários (c)	Mais Valia - Relacionamento com clientes (c)	Ágio (d)	Total
Taxas de amortização a.a.	20%	20%	5%							
Custo	982	1.470	1.221	509	2	13.220	48.500	25.422	23.590	114.916
Amortização Acumulada	(619)	(1.346)	(366)	(100)	-	(5.143)	(8.518)	(7.766)	-	(23.857)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	363	124	855	409	2	8.077	39.983	17.657	23.590	91.059
Adições	189	-	-	-	151	6.229	-	-	-	6.569
Transferência Cisão	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Amortização	(142)	(15)	(95)	(36)	-	(1.179)	(5.111)	(3.020)	-	(9.598)
Transferência Cisão Amortização	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030
Custo	1.170	1.470	1.221	509	153	19.449	48.500	25.422	23.590	121.485
Amortização Acumulada	(760)	(1.361)	(461)	(136)	-	(6.322)	(13.629)	(10.786)	-	(33.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410	109	760	373	153	13.127	34.872	14.637	23.590	88.030
Adições	19	-	-	-	169	113.972	-	-	-	114.160
Baixas	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)
Transferências	300	-	-	-	(300)	-	-	-	-	-
Baixas Amortização	21	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Amortização	(186)	(15)	(95)	(36)	-	(4.787)	(5.111)	(3.020)	-	(13.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	513	94	665	337	22	122.312	29.761	11.617	23.590	188.910
Custo	1.438	1.470	1.221	509	22	133.421	48.500	25.422	23.590	235.594
Amortização Acumulada	(925)	(1.376)	(556)	(172)	-	(11.109)	(18.740)	(13.806)	-	(46.684)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	513	94	665	337	22	122.312	29.760	11.616	23.590	188.910

- (a) A média de amortização dos itens gira em torno de 5% ao ano.
- (b) O prazo do intangível é determinado de acordo com o prazo contratual da concessão.
- (c) A mais valia refere-se ao valor justo sobre as licenças de operação dos aterros sanitários e carteira de clientes do Grupo Tucano, adquirido durante o ano de 2022. O prazo de vida útil para amortização da mais valia dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation.
- (d) Ágios oriundos de aquisição das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., ocorridas no dia 1º de maio de 2022. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos foram reconhecidos e testados em relação aos seus valores recuperáveis onde não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável que gerasse a necessidade de impairment. O prazo de vida útil para amortização dos intangíveis foi calculado com base no PPA - Price Purchase Allocation. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado com base no valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração ao longo do período de vida útil dos ativos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de caixa é de 11,5%. A taxa média de crescimento da receita considerada ao longo do prazo das projeções foi de 3,5%.

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possuía 82 (59 em 31 de dezembro de 2024) contratos de arrendamentos de máquinas e equipamentos e imóveis, os quais são utilizados em suas operações. Os prazos contratuais variam de 1 a 10 anos. A taxa utilizada para cálculo do valor presente foi de 14,90% (12,15% em 31 de dezembro de 2024), considerada como taxa de captação de recursos no mercado.

a) Direito de Uso de Ativos

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.952	-	2.073	4.025
Adições	7.500	12.639	7.822	27.961
Depreciação	(3.794)	(12.639)	(5.400)	(21.833)
Baixas por rescisão contratual	(229)	-	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.429	-	4.280	9.709
Adições	4.519	14.305	7.462	26.286
Depreciação	(4.228)	(14.305)	(6.993)	(25.526)
Baixas por rescisão contratual	(226)	-	(129)	(355)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	5.494	-	4.620	10.114

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Máquinas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.952	-	2.073	4.025
Adições	7.593	12.639	7.881	28.113
Depreciação	(3.841)	(12.639)	(5.408)	(21.888)
Baixas por rescisão contratual	(229)	-	(215)	(444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.475	-	4.331	9.806
Adições	4.741	14.305	7.930	26.976
Depreciação	(4.375)	(14.305)	(7.290)	(25.970)
Baixas por rescisão contratual	(257)	-	(174)	(431)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	5.584	-	4.797	10.381

b) Passivo de Arrendamento

	Controladora		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Arrendamentos A Pagar
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.546	(413)	4.133
Adições	31.632	(3.671)	27.961
Realização	(23.665)	1.856	(21.809)
Rescisão contratual	(410)	15	(396)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.103	(2.214)	9.889
Adições	29.286	(3.000)	26.286
Realização	(27.995)	2.813	(25.182)
Rescisão contratual	(359)	165	(194)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.035	(2.236)	10.799
Parcela Circulante	10.714	(2.008)	8.706
Parcela Não Circulante	2.321	(228)	2.093

	Consolidado		
	Arrendamentos A Pagar	Ajuste a Valor Presente	Arrendamentos A Pagar
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.546	(413)	4.133
Adições	31.799	(3.686)	28.113
Realização	(23.726)	1.862	(21.864)
Rescisão contratual	(410)	15	(396)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.209	(2.223)	9.986
Adições	30.039	(3.063)	26.976
Realização	(28.480)	2.878	(25.602)
Rescisão contratual	(442)	171	(271)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.326	(2.237)	11.089
Parcela Circulante	11.005	(2.009)	8.996
Parcela Não Circulante	2.321	(228)	2.093

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis	Máquinas	Total	Imóveis	Máquinas	Total
2026	4.981	3.726	8.707	5.074	3.923	8.997
2027	413	1.099	1.512	413	1.099	1.512
2028	254	82	336	254	82	336
2029 até 2033	205	39	244	205	39	244
	5.853	4.946	10.799	5.946	5.143	11.089

d) Efeitos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(25.526)	(21.833)	(25.971)	(21.888)
Despesas de juros sobre passivos de arrendamento	(2.813)	(1.856)	(2.878)	(1.862)
Despesas relativas à arrendamentos de ativos de baixo valor	(2.534)	(2.287)	(3.076)	(2.289)
Custos relativos à rescisão de contratos	(161)	(48)	(160)	(48)
	<u>(31.034)</u>	<u>(26.024)</u>	<u>(32.085)</u>	<u>(26.087)</u>

e) Movimentações de arrendamentos com partes relacionadas

	Consolidado		
	Direito de Uso	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente
Saldos em 31 de dezembro de 2023	688	734	(40)
Adições	13.503	14.351	(847)
Baixas	(13.471)	(14.331)	849
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>720</u>	<u>754</u>	<u>(38)</u>
Adições	14.738	15.763	(1.025)
Baixas	(15.098)	(16.137)	1.038
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>360</u>	<u>380</u>	<u>(25)</u>

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	14.858	13.267	15.958	13.340
Fornecedores - partes relacionadas (i)	1.275	1.221	1.275	1.221
Total	<u>16.133</u>	<u>14.488</u>	<u>17.233</u>	<u>14.561</u>

(i) As transações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 9 - Partes Relacionadas.

A análise de vencimentos de fornecedores está apresentada a seguir:

<u>Aging List de Fornecedores</u>	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	14.698	12.798	15.758	12.851
A vencer de 31 a 180 dias	756	1.329	759	1.329
A vencer de 181 a 365 dias	300	232	300	232
Vencidos até 365 dias	379	129	416	149
Total	<u>16.133</u>	<u>14.488</u>	<u>17.233</u>	<u>14.561</u>

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Financeiros	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 2,85% a CDI + 4,19% a.a.	66.391	79.126
Financiamentos	Selic + 2,36% a Selic + 2,94% a.a.	68.877	21.670
Captações para investimentos	TR + 5,575% a.a.	4.042	-
	Total	139.310	100.796
	Total Circulante	21.651	12.248
	Total Não Circulante	117.659	88.548

Novas operações

Em julho de 2025, a Empresa realizou a emissão de dois contratos de Finames Materiais, linhas do BNDES repassadas pelo Banco Bradesco S.A.

Os recursos líquidos captados foram destinados para liquidação da operação de debêntures que estava alocada na holding Ambiental Participações S.A.

Possui garantia fidejussória, na forma de aval, e garantia real, na forma de cessão fiduciária.

As duas operações serão amortizadas em 60 parcelas mensais, sendo a primeira paga em julho de 2027 e a última em junho de 2032. A remuneração incidirá sobre o valor unitário das operações e será correspondente à variação acumulada de 100% da taxa Selic de 1 dia, expressa na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,36% ao ano, base 252 dias úteis.

(i) Financiamentos

Finames e Cédula de Crédito Bancário

As captações foram realizadas para financiamento de aquisições dos principais ativos utilizados na operação dos serviços de Limpeza Urbana. A amortização dos contratos varia de mensal a trimestral, sendo o vencimento da última parcela em 2030.

(ii) Captação para investimentos

Em janeiro de 2025, a Empresa realizou captação de recursos da Finep via repasse do Banco ABC por meio da linha Inovacred, no valor de R\$ 8.029, sendo liquidada em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 4.029 em 23 de janeiro de 2025. Já a segunda parcela, no valor de R\$ 4.000, será liberada após a comprovação da utilização dos recursos da primeira. O objetivo do financiamento é custear parcialmente as despesas incorridas na elaboração e execução do Projeto de Gaseificação de Resíduos Sólidos Urbanos, em desenvolvimento no município de Erval Velho. O plano de execução do projeto está estimado em doze meses.

A amortização do principal ocorrerá em 60 parcelas mensais, iniciando 12 meses após a liquidação e com o último vencimento em 2028. O pagamento de juros ocorre de forma mensal, inclusive antes do primeiro vencimento.

a) Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	100.796	92.695
(+) Adição de principal	49.020	17.333
(+) Adição de juros	20.547	12.917
(-) Amortização de principal	(16.607)	(9.996)
(-) Amortização de juros	(14.709)	(12.337)
(+) Custo de transação	263	184
Saldo no final do exercício	139.310	100.796

b) Cronograma de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	16.475
2026	32.007	23.815
2027	31.455	22.767
2028	29.047	20.360
2029	21.065	12.788
2030	12.556	4.591
A partir de 2031	13.180	-
	139.310	100.796

- Finares (financiamentos de veículos e equipamentos): alienação fiduciária dos veículos adquiridos;
- Cédula de Crédito Bancário (aquisição de veículos): alienação fiduciária dos veículos adquiridos;
- Nota Comercial: (a) aval corporativo da controladora da Empresa - Ambiental Participações S.A.) e das partes relacionadas Beta Desenvolvimento Imobiliário e Alfa Holding e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Empresa e os Municípios de São José, Itapema e Itajaí/SC e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.
- Finame Materiais: (a) aval corporativo da controladora da Empresa (Ambiental Participações S.A.) e (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Concessão celebrados entre a Empresa e o Município de Balneário Camboriú e também da conta vinculada onde transitam esses recursos.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros assumidos pela Empresa no contrato da Nota Comercial são apurados anualmente com base nos números consolidados da Empresa e sua controladora, conforme estabelecido no contrato firmado e estão sendo cumpridos.

Os compromissos não financeiros estão sendo cumpridos. Apresentamos os principais:

- Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), dividendos e mútuos limitados a 35% do lucro líquido anual;
- *Negative Pledge* de aval pessoal dos sócios em favor de terceiros; e

- Manutenção de auditoria de 1ª linha (Big Four) durante toda a vigência da operação.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e Ordenados a pagar	9.514	8.763	9.851	8.859
Encargos sobre a Folha a recolher	4.277	3.559	4.345	3.616
Provisão de férias	11.390	10.454	11.641	10.547
Encargos sobre férias	4.430	4.088	4.513	4.124
Outros	608	1.127	612	1.133
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.219	27.991	30.962	28.279

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PASSIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Obrigações Tributárias</u>				
Pis a recolher	276	592	283	601
COFINS a recolher	1.283	2.754	1.315	2.797
Pis a pagar sobre receita diferida (i)	1.303	1.007	1.343	1.033
COFINS a pagar sobre receita diferida (i)	6.229	4.652	6.412	4.772
ISS sobre faturamento a recolher	3.196	2.730	3.228	2.745
Outros	1.782	1.528	1.790	1.530
<u>Passivo Fiscal Corrente</u>				
IRPJ a recolher	-	-	-	-
CSLL a recolher	772	728	772	728
Total Circulante	14.841	13.991	15.143	14.206

(i) Referem-se à tributação de faturamento contra Prefeituras, diferidos em função do não recebimento.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de imóveis (a)	328	347	328	347
Indenizações a terceiros a pagar	8	748	8	748
Aquisição de investimentos (b)	24.582	23.853	24.582	23.853
Valores a repassar ao Poder Concedente	648	648	648	648
Aquisição de participação de acionista não controlador - parte relacionada	-	137	-	137
Outras contas a pagar	1.266	1.670	1.266	1.670
Adiantamentos de tarifa de coleta de lixo	1.452	1.450	1.452	1.450
Tarifa de coleta de lixo recebidas em duplicidade (c)	2.145	2.391	2.145	2.391
Total Circulante	30.429	31.244	30.429	31.244
Aquisição de investimentos (b)	19.767	33.767	19.767	33.767
Aquisição de imóveis (a)	5.505	5.838	5.505	5.838
Total Não Circulante	25.272	39.605	25.272	39.605

a) Aquisição de imóveis

Abaixo demonstramos a movimentação referente passivo com aquisição de imóveis:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.526
Pagamentos	(495)
Atualização monetária	154
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>6.185</u>
Pagamentos	(511)
Atualização monetária	159
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>5.833</u>

b) Aquisição de investimentos

Em 30 de abril de 2022, a Empresa concluiu a aquisição da totalidade das quotas das empresas T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda., Tucano Gestão Ambiental Ltda. e Continental Obras e Serviços Ltda., em conjunto denominadas "Grupo Tucano".

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do passivo com os vendedores:

Fluxo de pagamentos	<u>T.O.S.</u>	<u>TGA</u>	<u>Continental</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>44.719</u>	<u>9.932</u>	<u>14.372</u>	<u>69.023</u>
Pagamento	(11.879)	(2.376)	(3.564)	(17.819)
Atualização monetária	4.278	855	1.283	6.416
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>37.118</u>	<u>8.411</u>	<u>12.091</u>	<u>57.620</u>
Pagamento	(13.121)	(2.624)	(3.936)	(19.681)
Atualização monetária	4.273	855	1.282	6.410
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>28.270</u>	<u>6.642</u>	<u>9.437</u>	<u>44.349</u>

O cronograma de pagamento do saldo da dívida decorrente da aquisição está demonstrado abaixo:

2026	22.817
2027	21.532
Total	<u>44.349</u>

c) Tarifas de coleta de lixo recebidas em duplicidade

Refere-se a valores de tarifa de coleta de lixo, recebidas em duplicidade dos clientes. Frequentemente, os clientes são informados da duplicidade gerada no sistema. A Empresa aguarda a decisão do cliente sobre como proceder com os valores.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia mensalmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram as seguintes:

	Consolidado		Total
	Reclamações cíveis	Reclamações trabalhistas e previdenciárias	
Em 31 de dezembro de 2023	3.267	1.346	4.613
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.930	1.349	3.279
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.190)	(630)	(1.820)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(205)	(913)	(1.118)
Em 31 de dezembro de 2024	3.802	1.152	4.954
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.745	1.331	3.076
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.308)	(137)	(1.445)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(234)	(1.318)	(1.552)
Em 31 de dezembro de 2025	4.005	1.028	5.033

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do grupo são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

Riscos cíveis: As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por usuários do serviço da Empresa ou acidentes de trânsito envolvendo a Empresa.

Riscos trabalhistas e previdenciários: Diversas ações, nas quais a Empresa responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, verbas trabalhistas, tais como, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

Abaixo demonstramos o detalhamento dos saldos de depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	970	836	970	836
Trabalhista e previdenciário	873	178	873	188
Tributário	350	350	350	350
	2.193	1.364	2.193	1.374

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Empresa está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para defesa. Abaixo demonstramos a composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	4.492	5.382
Trabalhistas	16.500	9.713
Tributário	3.090	3.111
Administrativo	12.240	1.719
Total	36.322	19.925

A seguir apresentamos o resumo das ações mais relevantes:

(i) Cíveis

- Ação indenizatória referente a enchente ocorrida em imóvel localizado em Itajaí e suposta influência da Barragem do Rio Itajaí-Mirim para o evento, representa o valor estimado de R\$ 4.010 (R\$ 2.857 em 31 de dezembro de 2024) com base no valor dos pedidos.

(ii) Trabalhista

- Ações movidas em decorrência de acidentes de trabalho, requerendo indenização por danos morais e pensionamento, representam valor estimado de R\$ 7.285 (R\$ 3.443 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Tributário

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina para discutir contrato de concessão; que o serviço deve ser cobrado por meio de taxa e não de tarifa no município de Balneário Camboriú; e que a Empresa não pode cobrar dos munícipes o serviço. A sentença julgou parcialmente procedente a ação e, desde então, foram interpostos recursos e, atualmente, o processo aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, tendo ocorrido a última atualização em 08 de janeiro de 2026. O valor possível de perda da causa estimada pelos assessores jurídicos é de R\$ 3.090 (R\$ 2.960 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Administrativa

- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos de coleta seletiva no município de Camboriú, no valor atualizado/estimado de R\$ 1.851 (R\$ 1.642 em 31 dezembro de 2024).
- Auto de infração visando apurar eventual irregularidade por descarte de resíduos recicláveis, no valor estimado de R\$ 3.480.
- Ações indenizatórias referentes a acidentes envolvendo a Empresa que representam o valor atualizado/estimado de R\$ 1.644 (R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2024);

24. PROVISÃO PARA ENCERRAMENTO DOS ATERROS SANITÁRIOS

De acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico Contábil Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25, a Empresa reconhece provisão para os custos estimados de encerramento e monitoramento ambiental de seus aterros sanitários próprios, tendo como contrapartida o custo do ativo relacionado.

A Empresa realizou provisão de custos futuros para encerramento dos aterros, que representam medidas tomadas para remediação ambiental, sabendo que a Empresa tem obrigatoriedade de acompanhamento do solo,

tratamento do chorume gerado, manutenção do sistema de tratamento e demais custos ocorridos a fim de remediar possíveis danos ambientais ao local, por aproximadamente 20 anos após o encerramento das operações no aterro.

A determinação do método e valor a ser provisionado engloba diversas estimativas e suposições, baseadas na em estimativas técnicas internas e histórico de custos operacionais, considerando:

- custos estimados de monitoramento ambiental pós-encerramento;
- custos de manutenção dos sistemas de drenagem e tratamento de chorume;
- horizonte estimado de acompanhamento ambiental após o encerramento das operações..

No cálculo do ajuste a valor presente da provisão do passivo dos aterros é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento. O cronograma de desembolso foi estimado a preços constantes e com base no fluxo de caixa descontado projetado utilizando a taxa de desconto real média de 15% a.a., representando o risco do passivo.

As estimativas utilizadas na mensuração dessa provisão envolvem julgamentos significativos da Administração, principalmente em relação:

- ao prazo estimado de monitoramento ambiental após o encerramento do aterro;
- aos custos futuros de remediação e manutenção ambiental;
- à taxa de desconto utilizada para cálculo do ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui provisão no montante líquido de R\$ 10.808 (R\$ 10.747 em 31 de dezembro de 2024). A variação do saldo da provisão no período decorre exclusivamente do reconhecimento do ajuste a valor presente (AVP).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 248.070, divididos em 248.070.220 (duzentas e quarenta e oito milhões, setenta mil e duzentas e vinte) quotas com valor unitário de R\$1 (um real) cada uma, todas de propriedade de única sócia.

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

No ano de 2018, em adoção às normas internacionais de contabilidade, a Empresa registrou ajustes de avaliação patrimonial para os imóveis registrados no ativo imobilizado, e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos. Foram elaborados laudos técnicos de avaliação que suportaram os lançamentos.

	Controladora		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	2.638	2.638	2.638	2.638
Tributos Diferidos	(897)	(897)	(897)	(897)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido	1.741	1.741	1.741	1.741

c) Lucros Acumulados

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social e disposições das reuniões e assembleias de sua controladora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é

provisionado na data em que são aprovados pela sócia quotista, em Reunião de Sócios Quotistas.

A Empresa não distribuiu lucros para a sócia quotista Ambiental Participações S.A.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. Em 31 de dezembro de 2025, a apuração de Juros sobre Capital Próprio da Empresa resultou no valor total de R\$ 31.528, sendo R\$ 24.434 pagos durante o exercício, creditados trimestralmente e aprovados em ata de reunião pelos representantes da sócia quotista, da seguinte maneira:

- Em reunião realizada em 03 de abril de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 6.838 para o primeiro trimestre de 2025
- Em reunião realizada em 14 de julho de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 7.930 para o segundo trimestre de 2025;
- Em reunião realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada, por unanimidade, distribuição de juros sobre capital no valor de R\$ 8.262 referente ao terceiro trimestre de 2025 e R\$ 8.498 referente ao quarto trimestre de 2025.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Serviços	706.838	650.194	720.028	654.046
Receita de Construção	21.446	43.471	21.445	43.471
	<u>728.284</u>	<u>693.665</u>	<u>741.473</u>	<u>697.517</u>
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(84.885)	(76.845)	(86.373)	(77.317)
	<u>643.399</u>	<u>616.820</u>	<u>655.100</u>	<u>620.200</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados e vendas		
Pessoal		
Remunerações	(152.240)	(138.734)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(56.238)	(51.350)
Benefícios	(28.097)	(24.469)
Despesas com pessoal	(4.431)	(4.511)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(2.777)	(1.868)
Mão de obra terceirizada	(109.799)	(109.645)
Alugueis de Imóveis	(263)	(286)
Combustíveis e Lubrificantes	(37.579)	(33.240)
Depreciações e Amortizações	(55.853)	(47.467)
Construções de Contratos de Concessão	(8.119)	(24.882)
Máquinas e Equipamentos	(39.103)	(38.349)
Materiais	(35.996)	(32.136)
Outros		
Despesas diversas	(8.218)	(8.855)
Honorários e Despesas com terceiros	(39.340)	(35.408)
Impostos, taxas e contribuições	(5.180)	(5.557)
Outras Receitas (Despesas)	391	342
Provisões para contingências	(80)	(340)
Alienação de bens	92	144
Recuperação de créditos e despesas	43.692	27.591
Outros	(4.096)	(2.663)
	(543.234)	(531.683)
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados e vendas	(520.334)	(506.854)
Gerais e administrativas	(36.400)	(32.331)
Outras receitas (despesas), líquidas	13.500	7.502

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados e vendas		
Pessoal		
Remunerações	(155.994)	(139.670)
Encargos Sociais e Trabalhistas	(57.686)	(51.722)
Benefícios	(28.613)	(24.636)
Despesas com pessoal	(4.787)	(4.532)
Operacional		
Água e Energia elétrica	(2.780)	(1.869)
Mão de obra terceirizada	(116.196)	(109.646)
Aluguéis de Imóveis	(116)	(286)
Combustíveis e Lubrificantes	(38.443)	(33.400)
Depreciações e Amortizações	(56.609)	(47.578)
Construções de Contratos de Concessão	(8.119)	(24.882)
Máquinas e Equipamentos	(40.383)	(38.940)
Materiais	(36.484)	(32.177)
Outros		
Despesas diversas	(8.494)	(8.887)
Honorários e Despesas com terceiros	(39.533)	(35.452)
Impostos, taxas e contribuições	(5.307)	(5.580)
Outras Receitas (Despesas)	(523)	342
Provisões para contingências	(80)	(340)
Alienação de bens	54	144
Recuperação de créditos e despesas	43.731	27.690
Outros	(4.165)	(2.690)
	(560.527)	(534.111)
Classificação por função		
Custo dos serviços prestados e vendas	(535.680)	(509.247)
Gerais e administrativas	(36.585)	(32.366)
Outras receitas (despesas), líquidas	11.738	7.502

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	12.747	12.606	14.164	13.053
Juros recebidos	33.783	12.785	33.654	12.785
Juros sobre Ativos de Concessão	858	1.631	858	1.631
Descontos Obtidos	503	234	512	234
Atualização monetária sobre mútuos	5.040	4.602	5.041	4.602
Atualização monetária sobre recuperação de impostos	613	105	613	105
	<u>53.544</u>	<u>31.963</u>	<u>54.842</u>	<u>32.410</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.874)	(1.856)	(2.939)	(1.856)
Comissões e despesas bancárias	(159)	(214)	(163)	(217)
Juros pagos ou incorridos	(366)	(414)	(375)	(415)
Multas por atraso no pagamento	(22)	(35)	(27)	(36)
Descontos concedidos	(18.816)	(8.882)	(18.816)	(8.882)
Impostos sobre operações financeiras	(745)	(950)	(748)	(950)
Juros e despesas sobre empréstimos e financiamentos	(20.547)	(12.917)	(20.547)	(12.917)
Atualização monetária sobre saldo a pagar de aquisição de empresas	(6.414)	(6.443)	(6.414)	(6.443)
	<u>(49.943)</u>	<u>(31.711)</u>	<u>(50.029)</u>	<u>(31.716)</u>
Resultado financeiro líquido	3.601	252	4.813	694

29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

29.1. Fatores de Risco Financeiros

Considerações Gerais

A Empresa e suas controladas estão expostas a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de gerenciamento de capital e risco da taxa de juros. A alta administração da Empresa supervisiona a gestão destes riscos.

A gestão dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Empresa.

A Empresa não realiza operações de crédito na modalidade “risco sacado” ou “forfait”.

a) Risco de Mercado

(i) *Risco de Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros*

(ii) O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Empresa é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, que decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”); e (ii) empréstimos e financiamentos e estão atrelados aos indexadores Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), “Selic” ou Taxa Referencial (“TR”).

Caso as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 10% e 20% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro seria alterado para mais ou para menos em decorrência de

receitas de aplicações financeiras e despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos conforme o cenário provável, apresentado a seguir.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2025.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Risco	Provável	+20%	+10%	-10%	-20%
Caixa e equivalentes de caixa:						
Aplicações financeiras						
Em CDI	Variação do CDI	7.688	9.225	8.457	6.919	6.150
Empréstimos e financiamentos						
Em CDI	Variação do CDI	(9.892)	(11.871)	(10.882)	(8.903)	(7.914)
Em Selic	Variação da Selic	(9.725)	(11.670)	(10.698)	(8.753)	(7.780)
Em TR	Variação da TR	(7)	(8)	(7)	(6)	(5)
		<u>(19.624)</u>	<u>(23.549)</u>	<u>(21.587)</u>	<u>(17.662)</u>	<u>(15.699)</u>
Arrendamento mercantil						
Em CDI	Variação do CDI	(1.652)	(1.983)	(1.817)	(1.487)	(1.322)
		<u>(13.589)</u>	<u>(16.306)</u>	<u>(14.947)</u>	<u>(12.230)</u>	<u>(10.871)</u>
<u>Indicadores da Macroeconomia</u>	<u>Fonte</u>					<u>2025</u>
CDI	Focus					14,90%
Selic	Focus					15,00%
TR	Focus					0,163%

b) Risco de Crédito

A política da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis entre cobranças de tarifas de coleta de lixo para os usuários, mediante emissão de carnê próprio e cobrança dos serviços diretamente para as pessoas físicas, jurídicas, prefeituras, autarquias e empresas de economia mista são inerentes ao modelo de negócio da Empresa, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Empresa possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço.

c) Risco de Liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	17.004	-	-	-	17.004
Empréstimos e financiamentos	32.007	31.455	62.668	13.180	139.310
Arrendamento mercantil	8.997	1.512	372	208	11.089
	<u>58.008</u>	<u>32.967</u>	<u>63.040</u>	<u>13.388</u>	<u>167.403</u>
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	14.560	-	-	-	14.560
Empréstimos e financiamentos	16.475	23.811	60.510	-	100.796
Arrendamento mercantil	5.519	1.655	2.813	-	9.987
	<u>36.554</u>	<u>25.466</u>	<u>63.323</u>	<u>-</u>	<u>125.343</u>

30. EVENTOS SUBSEQUENTES